

CLIPPING IMPRESSO

20/03/2020



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	2 - 4
1.3. VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES.....	5
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	6

Estado tem contas bloqueadas para compra de remédio

Decisão judicial favorece paciente de Pedreiras que precisa de medicamento para tratar doença

O juiz Marco Adriano Fonsêca (1ª Vara da comarca de Pedreiras) determinou o imediato bloqueio da quantia de R\$ 3.584,00, nas contas Estado do Maranhão, vinculadas ao Sistema Único de Saúde, para que seja garantido o fornecimento de duas ampolas do medicamento “Synvisc One” a uma paciente, já determinado por antecipação de tutela em sentença judicial.

O valor bloqueado deverá ser transferido para conta judicial vinculada à 1ª Vara de Pedreiras, ficando autorizada a expedição de alvará judicial para transferência do valor, permitindo que a parte beneficiada pela decisão informe seus dados bancários para que constem do alvará para transferência bancária. Em seguida, a autora da ação poderá providenciar a aquisição do medicamento com os recursos bloqueados.

A decisão foi emitida nos autos da “Ação de Cumprimento de Sentença” - com pedido de bloqueio - proposta pela paciente S. C. S. C., assistida pelo Ministério Público Estadual, contra o Estado do Maranhão, pelo descumprimento de sentença confirmando a tutela de urgência que já havia sido deferida, no sentido de fornecer mensalmente à autora duas ampolas da medicação, sob pena de bloqueio dos valores necessários para o tratamento.

Na petição inicial de descumprimento da sentença, a parte autora informou o valor do medicamento mais o procedimento, de R\$

10.000,00 (dez mil reais), e requereu a intimação do Estado do Maranhão para fornecer mensalmente de duas ampolas do medicamento Synvisc One, sob pena de bloqueio dos valores necessários para o tratamento, e no caso de descumprimento, que fosse determinado o sequestro de verbas públicas no montante mencionado.

Licitação

O Estado do Maranhão apresentou manifestações informando que os medicamentos estavam em processo de aquisição por meio de licitação na modalidade pregão, e logo que fossem adquiridos seria informado. Informou ainda, posteriormente, que a licitação foi “deserta, por ausência de empresas interessadas”. E para a abertura de novo processo licitatório pediu a intimação da parte autora para apresentar nova requisição médica. De sua parte, a autora requereu novamente a realização de sequestro dos valores, informando que no pedido de cumprimento de sentença já havia sido juntada a requisição médica solicitada.

Em sua decisão, o juiz considerou a necessidade de ser dada efetividade ao cumprimento da obrigação de fazer, diante do descumprimento da sentença, já confirmada em segunda instância em sede de Apelação Cível, e contra a qual não foi interposto recurso pelo Estado do Maranhão. ●

Íntegra em oestadoma.com/481969



Como prevenção, polícia civil disponibiliza delegacia online

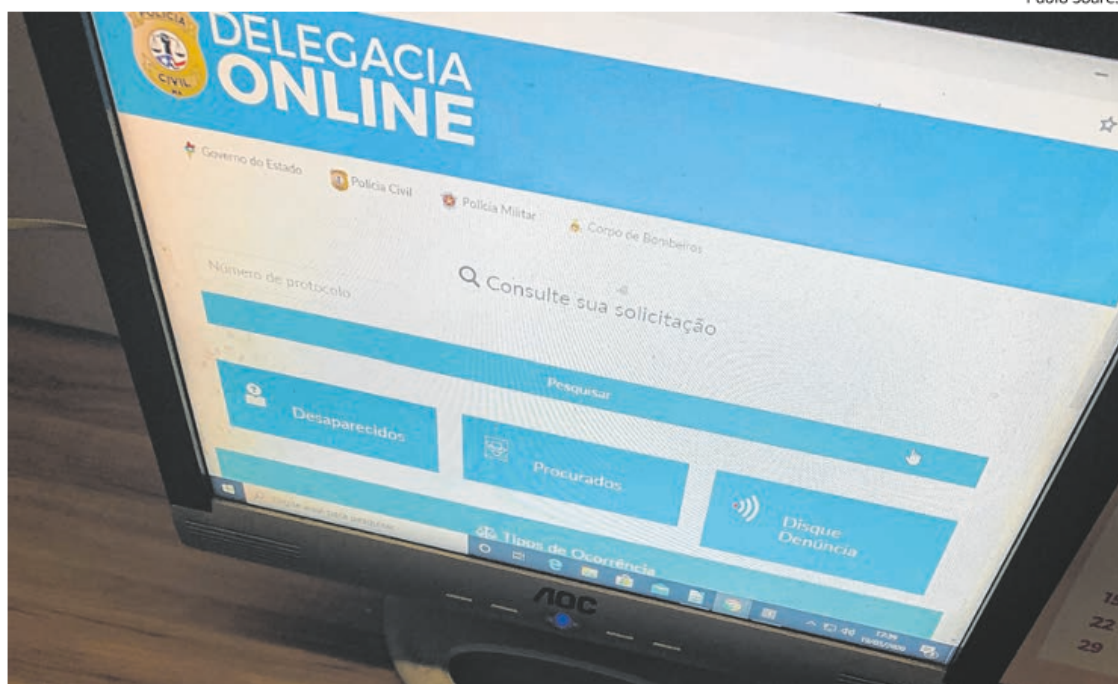
EM CIDADES 6

Como prevenção, a polícia disponibiliza delegacia online

Distritais policiais e plantões estão funcionando normalmente, mas, a polícia orienta o cidadão a utilizar a plataforma digital para as ocorrências simples

Paulo Soares

Com o objetivo de evitar aglomerações e sendo uma das estratégias de combate a pandemia do Covid-19, o coronavírus, a Delegacia Geral da Polícia Civil começou a registrar as ocorrências de natureza criminal como furto simples, injúria, calúnia, dano, preservação de direito, apropriação indébita, extravio, difamação, estelionato e maus tratos aos animais, pela Delegacia Online, que está disponível pelo site <http://delegaciaonline.ssp.ma.gov.br>. "As delegacias e os plantões policiais estão funcionando normalmente, mas, peço ao cidadão que vá somente quando for de suma necessidade", declarou o delegado Gustavo Alencar, que é assessor da Superintendência da Polícia Civil da Capital. Ele orienta que a população utilize a plataforma digital da polícia para registrar as ocorrências de crimes mais leves e somente comparecer aos distritos policiais quando o atendimento estiver ligado a casos co-



Para fazer o registro de ocorrências consideradas mais simples, a orientação é o uso da delegacia online

mo homicídio, latrocínio, feminicídio e crimes praticados contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Ele ainda informou que Delegacia Geral da Polícia Civil expediu nesta semana uma instrução normativa es-

tabelecendo medidas temporárias de prevenção ao contágio da doença. Uma delas é no tocante ao atendi-

SAIBA MAIS

Tipos de ocorrências que podem ser registradas na delegacia online

Furto simples
Injúria
Calúnia
Dano
Preservação de direito
Apropriação indébita
Extravio
Difamação
Estelionato
Maus tratos aos animais

mento ao público nos distritais policiais. As pessoas ao entrarem nesse local serão orientadas a lavarem as mãos no lavatório e o atendimento, inclusive, os depoimentos serão feitos a uma distância, de pelo menos, dois metros entre as pessoas.

A Delegacia do Idoso, localizada no Centro, está tendo uma atenção maior. O delegado disse que a limpeza ficou mais rigorosa, principalmente, na desinfecção das superfícies, como nas maçanetas, cadeiras, mesas, bebedouros e outros equipamentos. O idoso está tendo pouco contato com outras pessoas para que não possa prejudicar a sua saúde.

O delegado ainda disse que as reuniões presenciais na instituição estão suspensas e passaram a ser feitas por meio dos equipamentos tecnológicos. Os servidores ou prestadores de serviços, que foram aos locais mais afetados da doença, passaram a ser monitorados, enquanto aqueles que apresentam sintomas

de gripe, são afastados por um período de duas semanas.

Suspensas

O atendimento presencial na 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, no Centro, está suspenso até o dia 31 deste mês e passou a ser prestado por telefone ou outros meios eletrônicos de comunicação. Esta determinação foi assinada pela juiz José dos Santos Costa como sendo uma das formas de prevenção ao coronavírus.

O magistrado também suspendeu a inspeção semestral relativa ao cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. A inspeção estava prevista para ocorrer nos dias 23, 27 e 30 de março, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os locais de prestação de serviço comunitário em São Luís.

Também foram suspensas as audiências de execução de medidas socioeducativas em meio aberto (CREAS) e fechado Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), que ocorreriam nos dias 17 a 31 de março. As audiências preliminares de apresentação de adolescente apreendido em flagrante ou internado provisoriamente pelo plantão judicial também foram suspensas.

No decorrer deste mês, as internações provisórias da Vara serão revisadas, conforme o Conselho Nacional de Justiça, com adiamento das audiências em continuidade e revogação da medida cautelar. Ainda serão reavaliadas as medidas socioeducativas de internação, para fins de eventual substituição por medida em meio aberto, suspensão ou remissão. ●



Nada de interdição

Para preservar a saúde de pessoas frágeis, também estão suspensas as audiências de processos de interdição, normalmente feitas em hospitais, clínicas geriátricas e residências. A interdição é cabível quando uma pessoa se torna incapaz de

decidir sobre a sua própria vida. Os casos mais comuns são patrimoniais. Um exemplo: um drogado que põe a casa à venda para sustentar seu vício. Mediante solicitação de algum familiar ou responsável, a Justiça pode impedir o ato.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 (PA-8518/2019)

Objeto: Contratação do serviço de cobertura fotojornalística, nesta capital e no interior do Estado, nos eventos relacionados com a Justiça do Trabalho no Maranhão no exercício de 2020, conforme especificações constantes do Termo de Referência, parte integrante do Edital. Tipo de licitação: Menor Preço. Data de abertura: 02 de abril de 2020, às 10:00 horas (horário de Brasília/DF). Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. O edital é gratuito e está à disposição dos interessados para consulta e retirada nos endereços www.comprasgovernamentais.gov.br e www.trt16.jus.br. Maiores informações no endereço Av. Senador Vitorino Freire, 2001- 3º andar - Areinha – São Luís/MA- Seção de Aquisições Públicas ou pelos telefones (0xx98) 2109-9378/9379/9421 das 08 às 17 horas.